

República Velha

A República Velha também é conhecida como Primeira República e se estende de 1889 até 1930, quando Getúlio Vargas, através de um Golpe de Estado inicia um novo período político.

A política de sucessão presidencial dará ainda outra denominação ao momento inicial da República Brasileira, conhecida como política do café com leite. Nesse acordo, centros econômicos do país ditavam a ocupação da presidência.

Enquanto São Paulo e sua agricultura cafeeira ocupava a presidência em um pleito, no próximo seria a vez de Minas Gerais representada pela economia do gado leiteiro. Minas Gerais e São Paulo por serem nesse momento os dois polos econômicos do Brasil forjavam as lideranças nacionais, mantendo, porém, acordos com outros Estados para que essa dinâmica política e econômica não fosse quebrada.

Esse grande acordo mantinha o controle político do Brasil nas mãos daqueles que controlavam também a economia. Assim, os interesses das classes dominantes estavam sempre em voga frente às classes menos abastadas.

Essa dinâmica política será rompida com a Revolução de 1930. Assumindo a presidência do Brasil no lugar de Júlio Prestes, eleito com o apoio do então presidente Washington Luís, Getúlio Vargas dá início ao período conhecido como Era Vargas.

O Governo Provisório de Marechal Deodoro da Fonseca faz a transição legal, necessária para o ajuste Nacional aos moldes republicanos. Em 1890, antes mesmo do lançamento da Constituição é criado o Código Penal, antes do Direito a Ordem, não se afastando do ideal de República constituída no Positivismo.

Na Constituição de 1891 a República rompe de vez com a dinâmica de Estado Imperial. Ao definir o Estado como laico, deu fim ao Padroado e à união de Estado e Igreja Católica.

A República garante em sua Carta Magna as diretrizes sociais que adota, no entanto, apesar de prever a Liberdade de Religião, o Código Penal condena crenças como o Espiritismo e as religiões afro-descendentes.

A Carta Magna da República inicia também a separação tripartidária do Poder, excluindo a mediação Imperial, que era exercida por meio do Poder Moderador. Agora a política nacional seria dividida entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A Dinâmica de pleito presidencial a cada 4 anos também fica decidido nesse momento. Todo homem maior de 21 anos, que saiba ler e escrever torna-se obrigado a votar.

Se a passagem do Império para a República foi quase um passeio, os anos que se seguiram ao início da República foram de grande agitação social. Movimentos insurgentes como a Revolução Federalista do Rio Grande do Sul e Guerra de Canudos no Sertão da Bahia marcam o início da República por sua violência no combate aos seus opositores.

O Presidente Marechal Deodoro da Fonseca renuncia em 1891 após a política econômica de encilhamento dar errado. A proposta empreendida por Rui Barbosa, Ministro da Fazenda do governo provisório permitia o aumento na emissão de papel moeda gerando uma grave crise econômica.

Entre os 11 presidentes eleitos no período da Primeira República, um não chegou à posse por ocasião de morte, Francisco de Paula Rodrigues Alves morreu de gripe espanhola antes de sentar à cadeira de presidente e foi substituído por seu vice Delfim Moreira da Costa Ribeiro. Já Afonso Augusto Moreira Pena morreu durante mandato e foi substituído por Nilo Procópio Peçanha.

Os presidentes da República Velha foram:

1889-1891: Marechal Manuel Deodoro da Fonseca;

1891-1894: Floriano Vieira Peixoto;

1894-1898: Prudente José de Morais e Barros;

1898-1902: Manuel Ferraz de Campos Sales;

1902-1906: Francisco de Paula Rodrigues Alves;

1906-1909: Afonso Augusto Moreira Pena (morreu durante o mandato)

1909-1910: Nilo Procópio Peçanha (vice de Afonso Pena, assumiu em seu lugar);

1910-1914: Marechal Hermes da Fonseca;

1914-1918: Venceslau Brás Pereira Gomes;

1918-1919: Francisco de Paula Rodrigues Alves (eleito, morreu de gripe espanhola, sem ter assumido o cargo);

1919: Delfim Moreira da Costa Ribeiro (vice de Rodrigues Alves, assumiu em seu lugar);

1919-1922: Eptácio da Silva Pessoa;

1922-1926: Artur da Silva Bernardes;

1926-1930: Washington Luís Pereira de Sousa (deposto pela Revolução de 1930);

1930: Júlio Prestes de Albuquerque (eleito presidente em 1930, não tomou posse, impedido pela Revolução de 1930);

1930: Junta Militar Provisória: General Augusto Tasso Fragoso, General João de Deus Mena Barreto, Almirante Isaías de Noronha.

Primeiro Período da República Velha (1889-1894)

O primeiro período da República Velha ficou conhecido como República da Espada, em virtude da condição militar dos dois primeiros presidentes do Brasil: Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto.

No dia seguinte à proclamação organizou-se no Brasil um Governo Provisório, chefiado por Deodoro da Fonseca, que deveria dirigir o país até que fosse elaborada uma nova Constituição.

A primeira Constituição Republicana foi promulgada pelo Congresso Constituinte no dia 24 de fevereiro de 1891.

No dia seguinte, o congresso elegeu o Marechal Deodoro da Fonseca (1889-1891) - o primeiro presidente do Brasil e o vice Floriano Peixoto.

O novo governo trazia inúmeras divergências entre civis e militares. Contra Deodoro, já havia uma forte oposição no Congresso.

Assim, no dia 3 de novembro, Deodoro dissolveu o Congresso, que de imediato, organizou um contragolpe. Deodoro renunciou e entregou o poder ao vice-presidente Floriano Peixoto.

Floriano Peixoto (1891-1894) assumiu o cargo apoiado de uma forte ala militar. A dissolução do Congresso foi suspensa. A constituição determinava que fosse convocada novas eleições, o que não ocorreu.

Com essa atitude, Deodoro teve que enfrentar as revoltas das fortalezas de Lage e a de Santa Cruz, a Revolta Federativa e a Revolta da Armada, que causou 10.000 mortos.

Segundo Período da República Velha (1894-1930)

O segundo período da República Velha ficou conhecido como "República das Oligarquias", por ser dominada pela aristocracia dos fazendeiros.

Na sucessão presidencial alternavam-se presidentes paulistas e mineiros. Nesse período apenas três presidentes eleitos (Hermes da Fonseca, Eptácio Pessoa e Washington Luís) não procediam dos Estados de Minas Gerais e de São Paulo.

Presidentes da República

Segue abaixo os presidentes que fizeram parte da República Velha, após a República da Espada, liderada pelos militares: Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto

Prudentes de Moraes (1894-1898)

Prudente de Moraes foi o primeiro presidente civil da República. Assumiu o mandato em intensa agitação política. O “coronelismo”, poder político que existiu desde o império, teve seu apogeu na República Velha.

Os coronéis, cujos títulos eram remanescentes dos tempos da Guarda Nacional, eram chefes políticos que influenciavam as mais altas decisões da administração federal.

O problema mais grave do governo de Prudente de Moraes foi a “Guerra de Canudos” (1896 e 1897).

Campos Salles (1898-1902)

Campos Salles fez um acordo com as oligarquias agrárias, conhecido como “Política dos Governadores”, que consistia numa troca de favores e, assim, só os candidatos de situação ganhavam as eleições.

Rodrigues Alves (1902-1906)

Rodrigues Alves urbanizou e saneou o Rio de Janeiro, enfrentou a Revolta da Vacina, o Convênio de Taubaté e a questão do Acre. Rodrigues Alves foi reeleito em 1918, mas faleceu antes de tomar posse.

Afonso Pena (1906-1909)

Afonso Pena realizou melhorias na rede ferroviária, com a ligação de São Paulo e Mato Grosso, modificou as Forças Armadas, estimulou o desenvolvimento da economia do país e incentivou a imigração.

O presidente faleceu antes de completar o mandato e foi substituído pelo vice Nilo Peçanha.

Nilo Peçanha (1909-1910)

Nilo Peçanha criou o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), substituído, em 1967, pela FUNAI.

Hermes da Fonseca (1910-1914)

Hermes da Fonseca teve um governo marcado por convulsões sociais e políticas, tais como a “Revolta da Chibata”, a “Revolta dos Fuzileiros Navais”, a “Revolta do Juazeiro” e a “Guerra do Contestado”.

Venceslau Brás (1914-1918)

Seu mandato coincidiu com o período da Primeira Guerra Mundial, da qual o Brasil participou lutando contra a Alemanha.

Em seu governo foi promulgado o “Código Civil Brasileiro”. Nessa época, a gripe espanhola fez vítimas no Brasil.

Epitácio Pessoa (1918-1922)

No governo de Epitácio Pessoa foram realizadas obras para combater a seca no Nordeste, fez reformas no Exército e promoveu a construção de ferrovias.

Nessa época, cresceram as insatisfações contra a política do café com leite, como ficou conhecida a eleição de candidatos de São Paulo e Minas Gerais.

Em 1922 ocorreu a Revolta do Forte de Copacabana. O Modernismo explodiu o Brasil com a Semana de Arte Moderna.

Arthur Bernardes (1922-1926)

Arthur Bernardes governou todo o período em estado de sítio, para fazer frente às agitações políticas e sublevações de caráter tenentista. A situação econômica era crítica, inflação e queda no valor das exportações.

Durante esse período, sob o comando de Luís Carlos Prestes, a tropa revolucionária – que pretendia derrubar as oligarquias – percorreu mais de 20.000 km pelo interior do País.

Washington Luís (1926-1930)

O presidente Washington Luís tentou dar impulso à economia, construindo estradas, como a Rio-São Paulo e a Rio-Petrópolis. Foi deposto pela Revolução de 1930, pondo fim a política do café com leite.

Era Vargas: A Fase Getulista de 1930 a 1945

Era Vargas é o nome que se dá ao período em que Getúlio Vargas governou o Brasil por 15 anos, de forma contínua (de 1930 a 1945). Esse período foi um marco na história brasileira, em razão das inúmeras alterações que Getúlio Vargas fez no país, tanto sociais quanto econômicas.

A Era Vargas, teve início com a Revolução de 1930 onde expulsou do poder a oligarquia cafeeira, dividindo-se em três momentos:

Governo Provisório -1930-1934

Governo Constitucional – 1934-1937

Estado Novo – 1937-1945

Revolução de 1930

Até o ano de 1930 vigorava no Brasil a República Velha, conhecida hoje como o primeiro período republicano brasileiro. Como característica principal centralizava o poder entre os partidos políticos e a conhecida aliança política "café-com-leite" (entre São Paulo e Minas Gerais), a República Velha tinha como base a economia cafeeira e, portanto, mantinha fortes vínculos com grandes proprietários de terras.

De acordo com as políticas do "café-com-leite", existia um revezamento entre os presidentes apoiados pelo Partido Republicano Paulista (PRP), de São Paulo, e o Partido Republicano Mineiro (PRM), de Minas Gerais. Os presidentes de um partido eram influenciados pelo outro partido, assim, dizia-se: nada mais conservador, que um liberal no poder.

O Golpe do Exército

Em março de 1930, foram realizadas as eleições para presidente da República. Eleição esta que deu a vitória ao candidato governista Júlio Prestes. Entretanto, Prestes não tomou posse. A Aliança Liberal (nome dado aos aliados mineiros, gaúchos e paraibanos) recusou-se a aceitar a validade das eleições, alegando que a vitória de Júlio Prestes era decorrente de fraude. Além disso, deputados eleitos em estados onde a Aliança Liberal conseguiu a vitória, não tiveram o reconhecimento dos seus mandatos.

Os estados aliados, principalmente o Rio Grande do Sul planejam então, uma revolta armada. A situação acaba agravando-se ainda mais quando o candidato à vice-presidente de Getúlio Vargas, João Pessoa, é assassinado em Recife, capital de Pernambuco.

Como os motivos dessa morte foram duvidosos a propaganda getulista aproveitou-se disso para usá-la em seu favor, atribuindo a culpa à oposição, além da crise econômica acentuada pela crise de 1929; a indignação, deste modo, aumentou, e o Exército que por sua vez era desfavorável ao governo vigente desde o tenentismo começou a se mobilizar e formou uma junta governamental composta por generais do Exército. No mês seguinte, em três de novembro, Júlio Prestes foi deposto e

fugiu junto com Washington Luís e o poder então foi passado para Getúlio Vargas pondo fim à República Velha.

Governo Provisório (1930 - 1934)

O Governo Provisório teve como objetivo reorganizar a vida política do país. Neste período, o presidente Getúlio Vargas deu início ao processo de centralização do poder, eliminando os órgãos legislativos (federal, estadual e municipal).

Diante da importância que os militares tiveram na estabilização da Revolução de 30, os primeiros anos da Era Vargas foram marcados pela presença dos “tenentes” nos principais cargos do governo e por esta razão foram designados representantes do governo para assumirem o controle dos estados, tal medida tinha como finalidade anular a ação dos antigos coronéis e sua influência política regional.

Esta medida consolidou-se em clima de tensão entre as velhas oligarquias e os militares interventores. A oposição às ambições centralizadoras de Vargas concentrou-se em São Paulo, onde as oligarquias locais, sob o apelo da autonomia política e um discurso de conteúdo regionalista, convocaram o “povo paulistano” a lutar contra o governo Getúlio Vargas, exigindo a realização de eleições para a elaboração de uma Assembléia Constituinte. A partir desse movimento, teve origem a chamada Revolução Constitucionalista de 1932.

Mesmo derrotando as forças oposicionistas, o presidente convocou eleições para a Constituinte. No processo eleitoral, devido o desgaste gerado pelos conflitos paulistas, as principais figuras militares do governo perderam espaço político e, em 1934 uma nova constituição foi promulgada.

A Carta de 1934 deu maiores poderes ao poder executivo, adotou medidas democráticas e criou as bases da legislação trabalhista. Além disso, sancionou o voto secreto e o voto feminino. Por meio dessa resolução e o apoio da maioria do Congresso, Vargas garantiu mais um mandato.

Governo Constitucional (1934 – 1937)

Nesse segundo mandato, conhecido como Governo Constitucional, a alteração política se deu em volta de dois ideais primordiais: o fascista – conjunto de ideias e preceitos político-sociais totalitário introduzidos na Itália por Mussolini –, defendido pela Ação Integralista Brasileira (AIB), e o democrático, representado pela Aliança Nacional Libertadora (ANL), era favorável à reforma agrária, a luta contra o imperialismo e a revolução por meio da luta de classes.

A ANL aproveitando-se desse espírito revolucionário e com as orientações dos altos escalões do comunismo soviético, promoveu uma tentativa de golpe contra o governo de Getúlio Vargas. Em 1935, alguns comunistas brasileiros iniciaram revoltas dentro de instituições militares nas cidades de Natal (RN), Rio de Janeiro (RJ) e Recife (PE). Devido à falha de articulação e adesão de outros estados, a chamada Intentona Comunista, foi facilmente controlada pelo governo.

Getúlio Vargas, no entanto, cultivava uma política de centralização do poder e, após a experiência frustrada de golpe por parte da esquerda utilizou-se do episódio para declarar estado de sítio, com essa medida, Vargas, perseguiu seus oponentes e desarticulou o movimento comunista brasileiro.

Mediante a “ameaça comunista”, Getúlio Vargas conseguiu anular a nova eleição presidencial que deveria acontecer em 1937. Anunciando outra calamitosa tentativa de golpe comunista, conhecida como Plano Cohen, Getúlio Vargas anulou a constituição de 1934 e dissolveu o Poder Legislativo.

A partir daquele ano, Getúlio passou a governar com amplos poderes, inaugurando o chamado Estado Novo.

Estado Novo (1937 – 1945)

No dia 10 de novembro de 1937, era anunciado em cadeia de rádio pelo presidente Getúlio Vargas o Estado Novo. Tinha início então, um período de ditadura na História do Brasil.

Sob o pretexto da existência de um plano comunista para a tomada do poder (Plano Cohen) Vargas fechou o Congresso Nacional e impôs ao país uma nova Constituição, que ficaria conhecida depois como "Polaca" por ter sido inspirada na Constituição da Polônia, de tendência fascista.

O Golpe de Getúlio Vargas foi organizado junto aos militares e teve o apoio de grande parcela da sociedade, uma vez que desde o final de 1935 o governo reforçava sua propaganda anticomunista, alarmando a classe média, na verdade preparando-a para apoiar a centralização política que desde então se desencadeava.

A partir de novembro de 1937 Vargas impôs a censura aos meios de comunicação, reprimiu a atividade política, perseguiu e prendeu seus inimigos políticos, adotou medidas econômicas nacionalizantes e deu continuidade a sua política trabalhista com a criação da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), publicou o Código Penal e o Código de Processo Penal, todos em vigor atualmente. Getúlio Vargas foi responsável também pelas concepções da Carteira de Trabalho, da Justiça do Trabalho, do salário mínimo, e pelo descanso semanal remunerado.

O principal acontecimento na política externa foi a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial contra os países do Eixo, fato este, responsável pela grande contradição do governo Vargas, que dependia economicamente dos EUA e possuía uma política semelhante à alemã.

A derrota das nações nazi fascistas foi a brecha que surgiu para o crescimento da oposição ao governo de Vargas. Assim, a batalha pela democratização do país ganhou força. O governo foi obrigado a indultar os presos políticos, além de constituir eleições gerais, que foram vencidas pelo candidato oficial, isto é, apoiado pelo governo, o general Eurico Gaspar Dutra.

Chegava ao fim a Era Vargas, mas não o fim de Getúlio Vargas, que em 1951 retornaria à presidência pelo voto popular.

Constituição de 1934

A Constituição de 1934 foi uma consequência direta da Revolução Constitucionalista de 1932. Com o fim da Revolução, a questão do regime político veio à tona, forçando desta forma as eleições para a Assembléia Constituinte em maio de 1933, que aprovou a nova Constituição substituindo a Constituição de 1891.

O objetivo da Constituição de 1934 era o de melhorar as condições de vida da grande maioria dos brasileiros, criando leis sobre educação, trabalho, saúde e cultura. Ampliando o direito de cidadania dos brasileiros, possibilitando a grande fatia da população, que até então era marginalizada do processo político do Brasil, participar então desse processo. A Constituição de 34 na realidade trouxe, portanto, uma perspectiva de mudanças na vida de grande parte dos brasileiros.

No dia seguinte à promulgação da nova Carta, Getúlio Vargas foi eleito presidente do Brasil.

São características da Constituição de 1934:

- 1- A manutenção dos princípios básicos da carta anterior, ou seja, o Brasil continuava sendo uma república dentro dos princípios federativos, ainda que o grau de autonomia dos estados fosse reduzido;
- 2 – A dissociação dos poderes, com independência do executivo, legislativo e judiciário; além da eleição direta de todos os membros dos dois primeiros. O Código eleitoral formulado para a eleição da Constituinte foi incorporado à Constituição;
- 3 – A criação do Tribunal do Trabalho e respectiva legislação trabalhista, incluindo o direito à liberdade de organização sindical;
- 4- A possibilidade de nacionalizar empresas estrangeiras e de determinar o monopólio estatal sobre determinadas indústrias;
- 5- As disposições transitórias estabelecendo que o primeiro presidente da República fosse eleito pelo voto indireto da Assembléia Constituinte.

A Constituição de 1934 também cuidou dos direitos culturais, aprovando os seguintes princípios, entre outros:

O direito de todos à educação, com a determinação de que esta desenvolvesse a consciência da solidariedade humana;

A obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário, inclusive para os adultos, e intenção à gratuidade do ensino imediato ao primário;

O ensino religioso facultativo, respeitando a crença do aluno;

A liberdade de ensinar e garantia da cátedra.

A Constituição de 1934 ainda garante ao cidadão:

Que a lei não prejudicaria o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

O princípio da igualdade perante a lei, instituindo que não haveria privilégios, nem distinções, por motivo de nascimento, sexo, raça, profissão própria ou dos pais, riqueza, classe social, crença religiosa ou ideias políticas;

A aquisição de personalidade jurídica, pelas associações religiosas, e introduziu a assistência religiosa facultativa nos estabelecimentos oficiais;

A obrigatoriedade de comunicação imediata de qualquer prisão ou detenção ao juiz competente para que a relaxasse e, se ilegal, requerer a responsabilidade da autoridade co-autora;

O habeas-corpus, para proteção da liberdade pessoal, e estabeleceu o mandado de segurança, para defesa do direito, certo e incontestável, ameaçado ou violado por ato inconstitucional ou ilegal de qualquer autoridade;

A proibição da pena de caráter perpétuo;

O impedimento da prisão por dívidas, multas ou custas;

A extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião e, em qualquer caso, a de brasileiros;

A assistência judiciária para os desprovidos financeiramente;

Que as autoridades a emitam certidões requeridas, para defesa de direitos individuais ou para esclarecimento dos cidadãos a respeito dos negócios públicos;

A isenção de impostos ao escritor, jornalista e ao professor;

Que a todo cidadão legitimidade para pleitear a declaração de utilidade ou anulação dos atos lesivos do patrimônio da União, dos Estados ou dos Municípios;

A proibição de diferença de salário para um mesmo trabalho, por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil;

Receber um salário mínimo capaz de satisfazer à necessidades normais do trabalhador;

A limitação do trabalho a oito horas diárias, só prorrogáveis nos casos previstos pela lei;

A proibição de trabalho a menores de 14 anos, de trabalho noturno a menores de 16 anos e em indústrias insalubres a menores de 18 anos e a mulheres;

A regulamentação do exercício de todas as profissões.

A Constituição de 1934 representou o início de uma nova fase na vida do país, entretanto vigorou por pouco tempo, até a introdução do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, sendo substituída pela Constituição de 1937.

Intentona Comunista

A Intentona Comunista também conhecida como Revolta Vermelha de 35 ou Levante Comunista, foi uma tentativa de golpe contra o governo de Getúlio Vargas. Foi liderada pelo Partido Comunista Brasileiro em nome da Aliança Nacional Libertadora, ocorreu em novembro de 1935, e foi rapidamente combatida pelas Forças de Segurança Nacional.

Entusiasmados pela composição política europeia pós primeira guerra mundial, na qual duas frentes disputavam espaço (Fascismo e Comunismo) surgiram dois movimentos políticos no Brasil com estas mesmas características.

Em 1932, sob o comando do político paulista Plínio Salgado foi fundada a Ação Integralista Nacional, de cunho fascista. De extrema direita, os integralistas combatiam com fervor o comunismo.

Paralelamente à campanha Integralista, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) impulsionou a fundação da Aliança Nacional Libertadora, um movimento político radicalmente contrário à Ação Integralista Nacional.

A ANL, criada em 1935, defendia os ideais comunistas e suas propostas iam além daquelas defendidas pelo PCB, como:

- O não pagamento da dívida externa;
- A nacionalização das empresas estrangeiras;
- O combate ao fascismo;
- A reforma agrária;

No dia 5 de julho de 1935, data em que se celebravam os levantes Tenentistas, Luís Carlos Prestes lançou um manifesto de apoio à ANL, no qual incentivava uma revolução contra o governo. Este foi o estopim para que Getúlio Vargas decretasse a ilegalidade do movimento, além de mandar prender seus líderes.

Com o decreto de Getúlio Vargas, o plano de fazer uma revolução foi colocado em prática.

A ação foi planejada dentro dos quartéis e os militares simpatizantes ao movimento comunista deram início às rebeliões em novembro de 1935, em Natal, no Rio Grande do Norte, aonde os revolucionários chegaram a tomar o poder durante três dias. Em seguida se alastrou para o Maranhão, Recife e por último para o Rio de Janeiro, no dia 27.

Entretanto, os revolucionários falharam com relação à organização. As revoltas ocorreram em datas diferentes, o que facilitou as ações do governo para dominar a situação e frustrar o movimento.

A partir desse episódio, Vargas decretou estado de sítio e deu início a uma forte repressão aos envolvidos na Intentona Comunista. Luís Carlos Prestes foi preso, bem como vários líderes sindicais, militares e intelectuais também foram presos ou tiveram seus direitos cassados.

A ANL não conseguiu concretizar seus planos e a Intentona Comunista não desestabilizou o governo de Getúlio Vargas. O incidente comunista acabou sendo usado como desculpa, pois na época, o governo plantou a denúncia de um plano comunista - Plano Cohen - que ameaçava a ordem institucional, permitindo o golpe que originou o Estado Novo, em 1937.

Revolução de 1930



Getúlio Vargas durante passagem por Itararé, em São Paulo, após vitória na Revolução de 1930.

A Revolução de 1930 foi um movimento armado, liderado pelos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, insatisfeitos com o resultado das eleições presidenciais e que resultou em um golpe de Estado, o Golpe de 1930. O Golpe derrubou o então presidente da república Washington Luís em 24 de outubro de 1930, impediu a posse do presidente eleito Júlio Prestes e colocou fim à República Velha.

Histórico

Em 1929, as lideranças de São Paulo deram fim a aliança com os mineiros, conhecida como “política do café-com-leite”, e recomendaram o paulista Júlio Prestes como candidato à presidência da República. Em contrapartida, o Presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada apoiou a candidatura oposicionista do gaúcho Getúlio Vargas.

Em março de 1930, foram realizadas as eleições para presidente da República, eleição esta, que deu a vitória ao candidato governista, o então presidente do estado de São Paulo Júlio Prestes. No entanto, Prestes não tomou posse, em razão do golpe de estado desencadeado a 3 de outubro de 1930, e foi exilado.

Getúlio Vargas então, assume a chefia do "Governo Provisório" em 3 de novembro de 1930, data que marca o fim da República Velha e da início as primeiras formas de legislação social e de estímulo ao desenvolvimento industrial.

Constituição Polaca - 1937

A Constituição Brasileira de 1937, outorgada pelo presidente Getúlio Vargas em 10 de Novembro de 1937, mesmo dia em que foi implantada a ditadura do Estado Novo, é a quarta Constituição do Brasil e a terceira da república. Ficou conhecida como Polaca, por ter sido baseada na Constituição dominante da Polônia. Foi redigida por Francisco Campos, então ministro da Justiça do novo regime.

A característica principal dessa constituição era a grande concentração de poderes nas mãos do chefe do Executivo. Seu conteúdo era fortemente centralizador, ficando a cargo do presidente da República a nomeação das autoridades estaduais, os interventores e a esses, por sua vez, cabia nomear as autoridades municipais.

Após a queda de Vargas e o fim do Estado Novo em outubro de 1945, foram realizadas eleições para a Assembléia Nacional Constituinte, paralelamente à eleição presidencial. Eleita a Constituinte, seus membros se reuniram para elaborar uma nova constituição, que entrou em vigor a partir de setembro de 1946, substituindo a de 1937.

A Constituição de 1937 deu origem a vários acontecimentos na História política do Brasil que têm consequências até hoje. E, principalmente, formou o grupo de oposição a Getúlio que culminou no golpe militar de 1964. Este, por sua vez, deu origem à Constituição de 1967, a outra constituição republicana autoritária — a segunda e, até os dias de hoje, a última.

Da Constituição de 1937 pode-se destacar que:

- Concentra os poderes executivo e legislativo nas mãos do Presidente da República;
- Estabelece eleições indiretas para presidente, que terá mandato de seis anos;
- Acaba com o liberalismo;
- Admite a pena de morte;
- Retira dos trabalhadores o direito de greve;
- Permitia ao governo expurgar funcionários que se opusessem ao regime;
- Previu a realização de um plebiscito para referendá-la, o que nunca ocorreu.

Plano Cohen

O Plano Cohen foi um documento revelado pelo governo brasileiro onde continha um suposto plano para a tomada do poder pelos comunistas.

No dia 30 de setembro de 1937, o general Góes Monteiro chefe do Estado-Maior do Exército brasileiro, noticiou, através do programa radiofônico Hora do Brasil, a descoberta de um plano cujo objetivo era derrubar o presidente Getúlio Vargas.

Segundo o general, o Plano Cohen, como passou a ser chamado, tinha sido arquitetado, em conjunto, pelo Partido Comunista Brasileiro e por organizações comunistas internacionais.

O plano, supostamente apreendido pelas Forças Armadas, anunciava uma nova insurreição armada, semelhante à Intentona de 1935. A invasão comunista previa a agitação de operários e estudantes, a liberdade de presos políticos, o incêndio de casas e prédios públicos, manifestações populares que terminariam em saques e depredações, além da eliminação de autoridades civis e militares que se opusessem à tomada do poder.

Como a autenticidade do documento apresentado como prova do plano comunista não foi questionada, no dia seguinte ao pronunciamento do general Góes Monteiro e diante da "ameaça vermelha", Getúlio Vargas solicitou ao Congresso Nacional a decretação do Estado de Guerra, concedido naquele mesmo 1º de outubro e, em seguida, usando dos poderes que esse instrumento lhe atribuía, deu início a uma intensa perseguição aos comunistas e também a opositores políticos, como o governador gaúcho Flores da Cunha, último grande obstáculo ao seu projeto autoritário. No dia 10 de novembro, a ditadura do Estado Novo foi implantada.

Algumas semanas depois, com o apoio de várias lideranças nacionais, com as quais havia se aliado desde a revelação do Plano Cohen, Getúlio autorizou o Exército a cercar o Congresso Nacional, no Rio de Janeiro. À noite, em pronunciamento ao país, o presidente anunciou a outorga da nova Constituição. Começava, assim, o período da Era Vargas, conhecido como Estado Novo, que terminaria apenas em 1945, com o afastamento de Vargas da presidência.

A Revelação da Farsa

Anos mais tarde, porém, ficaria comprovado que o documento foi falsificado com a intenção de justificar a instauração da ditadura do Estado Novo, em novembro de 1937.

Em 1945, com o Estado Novo já em crise, o general Góes Monteiro isentando-se de qualquer culpa no caso, revelou que o Plano Cohen não passara de uma fraude produzida oito anos antes, para justificar a permanência de Vargas no poder e reprimir qualquer tipo de ameaça comunista.

Para garantir mais veracidade ao plano, a cúpula militar responsável pela "descoberta" do documento deu-lhe o nome de Cohen, numa referência ao líder comunista Bela Cohen, que governara a Hungria entre março e julho de 1919.

De acordo com o general Góes o documento, tinha sido escrito pelo capitão Olímpio Mourão Filho, na época, chefe do Serviço Secreto da Ação Integralista Brasileira (AIB), partido de apoio ao governo Vargas.

